



**CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**

**PROCESSO Nº:** 7397/2025

**PROJETO DE LEI Nº:** 1066/2025

**AUTORIA:** Renato Ribeiro

**EMENTA:** FICA DENOMINADO "PRAÇA DOS IPÊS", A PRAÇA LOCALIZADA NA AVENIDA SUDESTE, DO BAIRRO BARCELONA, NESTE MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL:**

- Presidente: Professor Renato Ribeiro (PDT)
- Vice-Presidente: Raphaela Moraes (PP)
- Secretário: Dr. William Miranda (UB)

**I. RELATÓRIO**

Trata-se de análise do **Projeto de Lei nº 1066/2025**, de autoria do nobre Vereador Renato Ribeiro, que objetiva denominar oficialmente como "Praça dos Ipês" o logradouro público (praça) localizado na Avenida Região Sudeste, no Bairro Barcelona, neste Município.

A proposição foi protocolada em 02/12/2025 e encaminhada à Procuradoria para análise.

Consta nos autos o **Parecer Jurídico nº 871/2025**, exarado pela Douta Procuradoria, que opinou pelo regular prosseguimento do feito. A Procuradoria fundamenta que a matéria não se encontra no rol de competência privativa da





O projeto tramita em regime de Urgência Especial, conforme Requerimento nº 32/2025 anexo aos autos. Não há registro de Emendas até o presente momento nos arquivos analisados.

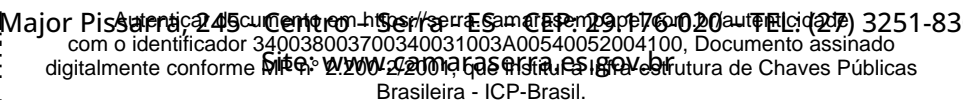
## 1. Constitucionalidade e Legalidade

**Acolhemos o Parecer Jurídico nº 871/2025**, exarado pela Douta Procuradoria.

Esta Comissão corrobora o entendimento de que a matéria versa sobre assunto de interesse local, conforme preceitua o Art. 30, inciso I, da Constituição Federal e o Art. 30, inciso I, da Lei Orgânica do Município da Serra (LOM).

No tocante à iniciativa, não se vislumbra vício. A Lei Orgânica do Município da Serra é cristalina ao estabelecer a competência concorrente para a denominação de logradouros:

"Art. 73. Compete concorrentemente ao Prefeito e à Câmara Municipal da Serra, dar denominação aos prédios municipais e aos logradouros públicos." (Lei Orgânica do Município da Serra).





Portanto, sob o prisma da constitucionalidade e legalidade material, a proposição encontra-se apta a tramitar.

A Procuradoria opinou que o projeto atendeu às principais diretrizes da Lei Complementar nº 95/98.

No entanto, esta Comissão identifica um vício de redação (concordância nominal) no **Art. 1º** do Projeto. A redação original estabelece: "Fica **denominado** de 'Praça dos Ipês' a **praça** situada...". O termo deve concordar em gênero com o substantivo "praça".

A fim de sanar este erro gramatical e aprimorar a técnica legislativa, garantindo a clareza e correção exigidas pelo Art. 11 da Lei Complementar nº 95/98, faz-se necessária a apresentação de uma Emenda de Redação.

### III. VOTO DA COMISSÃO



## CÂMARA MUNICIPAL DA SERRA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Diante do exposto, esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifesta-se:

Pela **CONSTITUCIONALIDADE** e **LEGALIDADE** do Projeto de Lei nº 1066/2025.

Pela necessidade de **EMENDA DE REDAÇÃO** para corrigir vício de concordância nominal no Art. 1º, nos seguintes termos:

### **EMENDA DE REDAÇÃO Nº 01/2025 AO PROJETO DE LEI Nº 1066/2025**

**Onde se lê:** "Art. 1º. Fica denominado de 'Praça dos Ipês' a praça situada no Bairro Barcelona..."

**Leia-se:** "Art. 1º. Fica denominada 'Praça dos Ipês' a praça situada no Bairro Barcelona..."

## **IV. CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão opina **FAVORAVELMENTE** à tramitação e aprovação do **Projeto de Lei nº 1066/2025**, condicionada ao acolhimento da Emenda de Redação acima proposta.

Sala de Reuniões, 10 de dezembro de 2025.

**Professor Renato Ribeiro (PDT)**  
Presidente

**Raphaela Moraes (PP)**  
Vice-Presidente

**Dr. William Miranda (UB)**  
Secretário

